



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



COMUNICA O INTERNA **(Justificativa)**

Brasil novo/PA, 25 de maio de 2022.

DA: Secretaria Municipal de Saúde
PARA: Comissão Permanente de Licita o - CPL

ASSUNTO: Viabilidade de contrata o direta (Art. 25 caput da Lei Federal n  8.666/93).
Psicóloga

Prezado
Presidente da CPL,

Após levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde vimos pelo presente expediente consultar a viabilidade de contrata o direta do profissional Taynara Mardegan Sangiorgio, brasileira, Psicóloga, portadora da carteira profissional CRP/PA n  10/05512 e CPF n  025.541.522-25, para presta o de serviços especializado na área de saúde pública como Psicóloga, destinado aos atendimentos fins de usuários do SUS - Sistema  nico de Saúde.

Considerando que objeto do contrato   para prestar a es e serviços profissionais em sua área de atua o, assim como participar da integra o dos serviços de saúde com comunidade exercendo as atividades de complementar os serviços de saúde no Município.

Considerando que se trata de um profissional de uma área imprescindível para realiza o de suas atividades precípuas faz-se necessário a sua atua o,

Considerando que o valor a ser praticado será o mesmo praticado em m dia no Estado do Pará,

Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados   dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Carta M gna:

“Art. 196. A saúde   direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econ micas que visem   redu o do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às a es e serviços para sua promo o, prote o e recupera o.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Art. 197. São de relevância pública as a es e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamenta o, fiscaliza o e controle, devendo sua execu o ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. “

O Estado brasileiro, no fomento de suas políticas públicas voltadas   promo o da saúde, tem o dever de prover, principalmente às pessoas economicamente hipossuficientes, os meios necessários ao seu pleno exercício. Trata-se da efetiva o de um direito social (art. 6 , CF), que sujeita o Estado   obriga o de realizar presta es positivas.

Com efeito, a contrata o destes profissionais mediante processo licit torio, ou o de sua dispensa e inexigibilidade, sob as regras da Lei n. 8.666/93, vem sendo admitida, inclusive o Tribunal de Contas da União, em inúmeros precedentes, vem aceitando e recomendando a ado o do procedimento de credenciamento para a contrata o destes profissionais, **desde quando devidamente verificada a impossibilidade de competi o para a sele o dos prestadores de serviços na área da saúde.**

Deste modo, sujeitamos nossa justificativa a Vossa Senhoria Para que, entendendo ser ela sustentável, ratifique nossas razões e determine a contrata o do profissional que ora indicamos, tendo em vista que isto, além de respaldo por lei, respeita todos os princípios norteadores da Administra o Pública.

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n  003/2021